

Santa Fé do Sul/SP, 16 de maio de 2019

DA:- Departamento de Obras e Saneamento

PARA:- Gabinete da Superintendência

ASSUNTO:- Parecer Técnico

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de Obra/Serviço de engenharia, compreendendo a ampliação de emissário de esgotos sanitários que conduz os efluentes gerados na Bacia do Córrego Jacú Queimado até a ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), neste Município, com fornecimento de material e mão de obra, conforme as especificações descritas no edital e seus anexos.

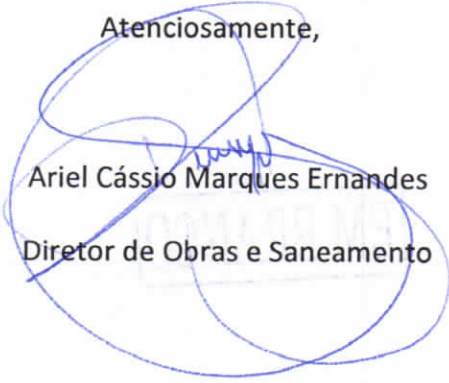
Em atenção a solicitação de V. Senhoria, levo ao seu conhecimento que após analisar tecnicamente os documentos que compõem o Projeto Básico, foi constatado que houve erros nos Cálculos referente ao itens 1.1 (da escavação mecanizada de valas ou cavas com profundidade de até 2,00 m), 1.2 (da escavação mecanizada de valas ou cavas com profundidade acima de 4,00 m) e 1.5 (reaterro e compactação mecânica) da planilha Orçamentaria, pois não foi considerado nos respectivos itens valor correspondente o preços dos materiais, já no item 1.6 (escoramento pontaletado), também não foi considerado os escoramento descontinuo, pois devido a profundidade em certo trecho da obra, será necessário o escoramento apropriado para garantir a segurança no local. Além disso, o trecho corresponde a pavimentação asfáltica, será necessário alterar a espessura do pavimento, pois se trata de um local aonde existe o tráfego de veículos pesados

Sendo Assim, devido à complexidade da obra referente a este trecho da estrada, faz se necessário recalcular o orçamento e retificar o memorial descritivo da referida obra, além disso, recomendo que seja

realizado a visita técnica por parte das empresas interessadas em participar da referida obra.

Já quanto a Exigência Técnica especificada em edital, recomendo que seja mantido, devido à complexidade da obra, pois a mesma se trata do assentamento de tubulação de emissário por gravidade, onde a inclinação da tubulação durante a execução da obra deverá ocorrer de forma que não venha prejudicar o escoamento do efluente ao longo do percurso estabelecido em projeto, necessitando comprovação anterior de execução de serviços dessa natureza ou similares.

Atenciosamente,


Ariel Cássio Marques Ernandes
Diretor de Obras e Saneamento

Ilmo. Sr.

Armando Rossafa Garcia

Superintendente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE)

Santa Fé do Sul/SP.

PARECER

PROCESSO Nº 581/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2019

Assunto: Análise e parecer do procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços, para contratação de empresa no ramo de engenharia para ampliação de emissário de esgotos sanitários.

Trata-se de análise e parecer acerca do procedimento licitatório, na modalidade Tomada de Preços, pelo tipo menor preço global, sob regime de execução de empreitada por preço global, com a finalidade de contratar empresa no ramo de engenharia, visando contratar empresa para ampliação de emissário de esgotos sanitários que conduz os efluentes gerados na Bacia do Córrego Jacú Queimado até à ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), neste Município.

Primeiramente, importante destacar, que compete a esta procuradoria jurídica nos termos do artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e a oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

Cumpre salientar que o presente já fora objeto de análise de parecer inicial desta procuradoria jurídica, manifestando em favor da abertura da fase externa, obedecendo à legislação vigente, bem como especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.

O parecer da área técnica de 16/05/2019 aponta erros nos cálculos dos itens 1.1 (da escavação mecanizada de valas ou cavas com profundidade de até 2,00m), 1.2 (da escavação mecanizada de valas ou cavas com profundidade de 4m) e 1.5 (Reaterro e compactação mecânica) da planilha orçamentária, não sendo considerado nos respectivos itens valor correspondente os preços dos materiais e ainda no item 1.6 (escoramento pontaletado), também não foi considerado os escoramento descontinuo, pois devido a profundidade em certo trecho da obra, será necessário o escoramento apropriado para garantir a segurança no local e, por fim, o trecho corresponde a pavimentação asfáltica sendo necessário alterar a espessura do pavimento, pois se trata de um local aonde existe o tráfego de veículos pesados.

Assim, há conseqüentemente uma divergência nos valores previstos no Projeto Básico, estando em desconformidade com o art. 6º da Lei de Licitações, uma vez que não contém os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra, serviço ou aquisição de materiais, o que pode comprometer a competitividade do certame e a seleção da proposta mais vantajosa.

A própria Lei 8.666/93, no art. 47, enfatiza essa necessidade:

"Art. 47. Nas licitações para a execução de obras e serviços, quando for adotada a modalidade de execução de empreitada por preço global, a administração deverá fornecer obrigatoriamente, junto com o edital, todos os elementos e informações necessários para que os licitantes possam elaborar suas propostas de preços com o total e completo conhecimento do objeto da licitação".

A propósito a definição de projeto básico e o seu conteúdo foram determinados pela Lei nº 8.666/93, no seu art. 6º, inciso IX, transcreve-se:

"IX- Projeto Básico – conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com

base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação dos custos da obra e a definição dos métodos e do prazo na execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a) desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;
- c) identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para sua execução;
- d) informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para sua execução;
- e) subsídios para a montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;
- f) orçamento detalhado dos custos global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.

Sendo assim, o adequado planejamento permite a clareza das regras do certame, bem como avaliação dos quantitativos e valores, evitando falhas que poderão prejudicar não só a competição como também a própria execução do objeto licitado.

Ademais, no que tange ao erro no levantamento e consequentemente na planilha de custos do presente processo licitatório, há vários entendimentos do TCU determinando a anulação de certames licitatórios

maculados por deficiências do projeto básico. Por exemplo, o Acórdão 2.819/2012 – Plenário, o TCU entendeu que a existência de deficiências graves no Projeto Básico impossibilita a adequada descrição dos serviços que serão implementados na obra, comprometendo o certame a ser realizado, tendo em vista que tal procedimento afasta da licitação empresas que optam por não correr risco de apresentar um orçamento elaborado sem a necessária precisão, havendo, portanto, **prejuízo à competitividade do certame e à contratação da proposta mais vantajosa pela Administração Pública**, o que enseja a nulidade da licitação efetivada.

Por oportuno, vale também destacar outros entendimentos do Tribunal sobre o assunto:

“As licitações para execução de obras somente podem ser iniciadas quando se dispuser de projeto básico ou executivo devidamente atualizado e em perfeitas condições de ser executado, estando vedada a aprovação de relatórios de revisão do projeto que o ignore ou o desvirtue total ou parcialmente, ressalvada alterações pontuais sem grandes repercussões financeiras, devendo a eventual inépcia do projeto, constatada após a licitação, acarretar a anulação da licitação e do contrato decorrente, bem como a punição, em processo administrativo regular, de todos os agentes responsáveis pela incorreção do projeto.” (Sumário do Acórdão 1874/2007 – Plenário).

“Até que ocorra o equacionamento dessa grave falha administrativa, restará a Corte de Contas sempre que confrontada com a prática por tudo pernicioso da revisão contratual indiscriminada, perquirir minudentemente de suas verdadeiras intenções e aplicar as cominações previstas em lei a todos os responsáveis pelas alterações indevidas, inclusive, se for o caso, os autores de projetos ineptos. Além disso, é bom lembrar que, nos exatos termos do art. 7º, § 6º, da Lei 8.666/1993, são nulos de pleno direito os atos e contratos derivados de licitações baseadas em projeto incompleto, defeituoso ou obsoleto, devendo tal fato ensejar não alteração do contrato

visando à correção das imperfeições, mas sua anulação para realização de nova licitação, bem como a responsabilização do gestor faltoso.” (Voto condutor do Acórdão nº 333/2007 – Plenário)

Portanto, esta procuradoria jurídica entende que o erro tem potencial suficiente de anular o certame, tanto pela indução errônea acerca da real dimensão do objeto, como pelos erros nos cálculos e na planilha.

Diante do exposto, OPINO pela anulação do procedimento licitatório, a imediata adequação do projeto e a realização de novo certame, nos termos dos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da economicidade e da moralidade, bem como artigo 49 da Lei 8.666/93.

Por fim, conforme dispõe o referido art. 49, em seu § 3º, da Lei nº 8.666/93, notifiquem-se os participantes da Sessão Pública, para oferecer recurso se assim desejarem.

Santa Fé do Sul/SP., 23 de maio de 2019.

Milton Ricardo Batista de Carvalho
Procurador Jurídico
OAB/SP 139.546

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2019

Processo Administrativo nº 581/2019

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução de Obra/Serviços de engenharia, compreendendo a ampliação de emissário de esgotos sanitários que conduz os efluentes gerados na Bacia do Córrego Jacú Queimado até à ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), neste Município, com fornecimento de material e mão de obra, conforme as especificações descritas no edital e seus anexos.

DESPACHO

I- Acolho integralmente o Parecer da Procuradoria Jurídica, como razão de decidir, como se aqui estivesse transcrito, para o fim de DECRETAR a REVOGAÇÃO do TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2019, que objetiva a contratação de empresa especializada para execução de Obra/Serviços de engenharia, compreendendo a ampliação de emissário de esgotos sanitários que conduz os efluentes gerados na Bacia do Córrego Jacú Queimado até à ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), neste Município, com fornecimento de material e mão de obra, conforme as especificações descritas no edital e seus anexos;

II- Em cumprimento às disposições do parágrafo 3º do Artigo 49 e do Artigo 109, I, "c" da Lei 8.666/1.993 e do inciso V do Artigo 5º da Constituição Federal, ficando assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa num prazo de 05 (cinco) dias úteis;

III- Transcorrida a fase recursal, proceda-se à publicação do Aviso de Revogação do presente certame;

IV- Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Fé do Sul - SP, 23 de maio de 2019.


ARMANDO ROSSAFA GARCIA
Superintendente

AVISO DE INTENÇÃO DE REVOGAÇÃO

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2019

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO E MEIO AMBIENTE DE SANTA FÉ DO SUL/SP – SAAE AMBIENTAL, torna público a INTENÇÃO DE REVOGAR o TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2019 – que tem como objeto: contratação de empresa especializada para execução de Obra/Serviços de engenharia, compreendendo a ampliação de emissário de esgotos sanitários que conduz os efluentes gerados na Bacia do Córrego Jacú Queimado até à ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), neste Município, com fornecimento de material e mão de obra, conforme as especificações descritas no edital e seus anexos, conforme decisão proferida pela Autoridade Competente em 23/05/2019 carreada aos autos. As razões que motivaram a decisão encontram-se à disposição dos interessados para consulta no site <https://saaeambientalsantafe.sp.gov.br> ou no endereço do SAAE Ambiental, Rua 27, 1257, Centro, Santa Fé do Sul - SP, e-mail licita@saaeambientalsantafe.sp.gov.br, TEL: (17)-3641.9500. Desta forma em cumprimento às disposições do parágrafo 3º do Artigo 49 e inciso I, alínea "C" do Artigo 109 da lei 8.666/93, e do inciso V do Artigo 5º da Constituição Federal, ficando assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa num prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Santa Fé do Sul SP, 23 de maio de 2019.

Nalva Silva de Aguiar
NALVA SILVA DE AGUIAR
Presidente